

## **39º Encontro Anual da Anpocs**

GT 26 - O Pensamento Social Latino-americano: Legado e Desafios Contemporâneos

Conciliação ou conflito? A contribuição de Ernesto Laclau ao dilema brasileiro

Theófilo Codeço Machado Rodrigues (PUC-Rio / CAPES)

## **Conciliação ou conflito? A contribuição de Ernesto Laclau ao dilema brasileiro**

*Theófilo Codeço Machado Rodrigues<sup>1</sup>*

Na Espanha do Podemos, na Grécia do Syriza, na Venezuela de Chavez, na Bolívia de Morales ou na Argentina de Kirchner encontramos a influência direta ou indireta do pensamento social de Ernesto Laclau. Não é pouco mencionar, por exemplo, que o economista líder do Syriza e ministro das Finanças da Grécia Yanis Varoufakis tenha sido seu aluno ou que Íñigo Errejón, cientista político e dirigente do Podemos, tenha escrito uma tese de doutorado sobre a ascensão do MAS – *Movimiento al Socialismo* - na Bolívia referenciada em Laclau. Mas o cientista político argentino também teria o que dizer ao Brasil?

No presente artigo sugiro que as recentes intervenções de intelectuais orgânicos dos movimentos subalternos brasileiros como o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central de Movimentos Populares (CMP) e o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) possuem forte identidade com aquilo que Laclau definiu como a razão populista. Para cumprir esse objetivo apresento em primeiro lugar a teoria política de Ernesto Laclau e sua interpretação acerca do populismo expressa em *A razão populista* (2013). A segunda seção é dedicada a forma como intelectuais brasileiros como Marcos Nobre, André Singer, Renato Boschi e Eli Diniz, Francisco Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Luiz Carlos Bresser-Pereira interpretaram o sistema de conciliação de classes que vigorou durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e que entrou em desgaste no segundo governo de Dilma Rousseff. Por fim, exponho a forma como alguns intelectuais orgânicos dos movimentos sociais como o economista João Pedro Stélide do MST, o advogado Raimundo Bonfim da CMP e o filósofo Guilherme Boulos do MTST vem apontando para o fim do sistema de conciliação e a necessidade da aposta no conflito social; aposta que possui, a nosso ver, identificação com o modelo de Laclau.

---

<sup>1</sup> Theófilo Codeço Machado Rodrigues é mestre em ciência política pela UFF e doutorando em ciências sociais pela PUC-Rio.

## **A razão populista de Ernesto Laclau**

Em *A Razão Populista* (2013) Laclau construiu a ideia de que o populismo pressupõe um antagonismo entre nós – o povo – e eles – as instituições -, onde o povo é um amálgama de movimentos e propostas emergentes e heterogêneas que ainda não encontraram seu devido espaço nas instituições políticas. Note-se que para essa teoria populista o fundamental não é a aliança entre classes sociais e frações de classe como convencionou a teoria marxista, mas sim a agregação de diversos movimentos sociais distintos em suas agendas e ontologias. Esses movimentos unificam-se em torno de um programa comum e nomeiam claramente quem são os inimigos a serem combatidos – empresas de comunicação, latifundiários, corporações financeiras, organismos internacionais etc. Esse modelo de Laclau, como veremos, parece ter clara identificação com as intervenções de algumas organizações subalternas durante o governo de Dilma Rousseff.

Em Laclau o populismo não tem cor, não tem ideologia e nem uma base social particular. O populismo não é um conteúdo, mas sim uma forma. É, antes de mais nada, uma forma específica de construção do político; uma lógica política. Mas como essa lógica política é constituída? Imaginemos uma determinada sociedade. Nesta sociedade há certas demandas que grupos específicos solicitam às instituições políticas, ao poder estabelecido. Se essas solicitações – que Laclau define como “demandas democráticas” – são atendidas individualmente o problema acaba. Todavia, se as instituições ignoram essas “demandas democráticas” elas começam a se acumular na sociedade passando qualitativamente do nível da solicitação para o da exigência. À tal percepção desse acúmulo de “demandas democráticas” não atendidas que se tornaram exigências Laclau denominou como “demandas populares”. Essas “demandas populares” constituem de um lado o “povo” contrapondo-se às instituições políticas opressoras. Como essas “demandas populares” são heterogêneas, porém equivalentes, ou seja, possuem um mesmo inimigo institucional a enfrentar, elas precisam de um significante vazio que as unifique. Esse significante vazio cristaliza-se, em geral, na pessoa de um líder. Está pronta a situação populista: o antagonismo entre as “demandas populares” do “povo” e a opressão das instituições políticas estabelecidas.

A consequência é inevitável: a construção de um povo é a condição *sine qua non* do funcionamento da democracia. (...) Se acrescentarmos a isso que o “povo”, conforme vimos, não está essencialmente ligado a qualquer matriz simbólica particular, então teremos abarcado o problema do populismo contemporâneo em todas as suas dimensões (LACLAU, 2013, p. 246).

A chave interpretativa para esse modelo populista de Laclau é, portanto, o conflito, o antagonismo entre as “demandas populares” que constituem o “povo” contra as instituições que as obstaculizam. A democracia constitui-se a partir desse conflito, a partir desse antagonismo e não a partir da construção de consensos ou conciliações. A nosso ver é essa aposta democrática no conflito que move a narrativa recente de determinadas organizações subalternas na vida política brasileira. Contudo, antes de apontar como essa aposta conflitiva vem incidindo sobre o discurso desses atores políticos, demonstrarei na próxima seção como deu-se nos últimos 12 anos – governos Lula e Dilma – a aposta na conciliação.

### **O modelo brasileiro de conciliação de classes**

Desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 até o fim do primeiro governo de Dilma Rousseff em 2014 o Brasil viveu um modelo político de conciliação de classes, como aponta parte da literatura especializada. Em 2003 tomou posse como presidente um operário proveniente da CUT – maior central sindical da América Latina - e do PT – principal partido da esquerda brasileira. As expectativas de que haveria um avanço subalterno foram grandes, mas o que de fato ocorreu foi o início de um processo de transação, ou seja, de um compromisso entre as classes e frações de classe na ocupação do Estado. Importante lembrar que o PT tomou posse em 2003 com o presidente da República, mas com apenas 91 deputados federais e 14 senadores, ou seja, 17% da Câmara e 17% do Senado. Na medida em que sozinho o PT não teria condições de governabilidade no Congresso Nacional, a busca por alianças com outros setores sociais com representação parlamentar foi necessária. Consequência daquilo que nossa literatura

convencionou como presidencialismo de coalizão.<sup>2</sup> Desse modo o PT buscou outros partidos para sua coalizão governamental e com esses partidos as distintas representações sociais que os acompanham. Assim, formou-se um amplo governo nacional com a participação das mais variadas classes e frações de classe. Nas palavras de um importante intérprete dessa conjuntura,

O Estado se amplia com a incorporação de representantes das entidades classistas de empresários e de trabalhadores, e são guindadas à condução de ministérios estratégicos as lideranças das múltiplas frações da burguesia brasileira — a industrial, a comercial, a financeira, a agrária, inclusive estes culaques à brasileira, que começaram a sua história na pequena e média propriedades —, lado a lado com as centrais sindicais e com os representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (WERNECK VIANNA, 2011, p. 39).

Com efeito, esse compromisso já parecia claro desde 2002 quando o PT precisou buscar um quadro industrial para compor a chapa como vice. O escolhido foi o empresário mineiro José Alencar do PL. Além disso, houve a publicação da famosa “Carta ao Povo Brasileiro” onde o PT assumia compromissos com o mercado financeiro. Foi assim que o PT, partido advindo da classe trabalhadora, buscou governar o país a partir de 2003 não apenas com outros partidos políticos, mas também com outras classes e frações de classes. A burguesia industrial ocupou seu espaço no governo federal através do vice-presidente José Alencar e de nomes no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior como os ministros Luiz Fernando Furlan e Miguel Jorge.<sup>3</sup> A burguesia financeira que já havia conquistado um acordo programático com a “Carta ao Povo Brasileiro” indicou também o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Meirelles havia sido diretor do *Bank of Boston* o que indicava sua proximidade com o mercado financeiro. Já a burguesia agrária teve seus representantes no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Primeiro com o engenheiro agrônomo Roberto Rodrigues, técnico com credibilidade junto ao agronegócio. Com a saída de Rodrigues em meados de 2006 assumiu

---

<sup>2</sup> O termo “presidencialismo de coalizão” foi cunhado originalmente pelo cientista político Sergio Abranches em artigo publicado na revista Dados em 1988. Por presidencialismo de coalizão compreende-se um sistema político que alia ao presidencialismo a representação proporcional e o pluripartidarismo. Esse sistema político exige para a governabilidade do presidente a construção de uma ampla coalizão partidária no legislativo.

<sup>3</sup> Antes de ser ministro da indústria Luiz Fernando Furlan foi diretor do grupo Sadia. Seu sucessor, Miguel Jorge, havia sido diretor da Volkswagen e do Banco Santander.

o seu secretário-executivo, o também engenheiro agrônomo Luis Carlos Guedes Pinto. No entanto, a gestão de Guedes Pinto foi breve, menos de um ano, devido à sua proximidade com o MST que não agradou aos ruralistas. A solução encontrada foi a entrada de Reinhold Stephanes no ministério em 2007. Com origem na ARENA, passando pelo PDS e PFL até finalmente filiar-se ao PMDB, Stephanes foi um nome claramente identificado com o agronegócio e com a bancada ruralista no parlamento. O próprio presidente Lula admitiu por diversas vezes – sem qualquer constrangimento, diga-se de passagem - a existência desse Estado de compromisso descrito até aqui: “Eu digo que, no meu governo, banqueiro ganhou muito dinheiro, fazendeiro ganhou muito dinheiro, [inaudível] ganhou muito dinheiro. Mas é a primeira vez na história deste país que a classe pobre tem renda muito maior que a classe rica”.<sup>4</sup>

Esse Estado de compromisso entre as classes e frações de classe teve continuidade com a eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010, embora sob escala distinta. O primeiro governo de Dilma tentou reorganizar a participação das frações burguesas em seu ministério. No Banco Central saiu Henrique Meirelles para entrar em seu lugar o economista Alexandre Tombini, concursado na instituição desde 1998. No Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior entrou o economista petista mineiro Fernando Pimentel. Já na agricultura foram mantidos ministros do PMDB ligados aos ruralistas. Ou seja, o primeiro governo Dilma parece ter tentado minimizar a participação de algumas frações de classes no governo. Uma consequência, por exemplo, foi o discurso mais frequente da presidenta contra o mercado financeiro e pela redução dos juros. Contudo, essa narrativa não durou muito tempo. O ministério que tomou posse em janeiro de 2015 com a reeleição de Dilma foi certamente o mais exemplar desse compromisso entre classes e frações de classe que através de suas representações sociais ocupam o Estado. Todos estavam lá. No ministério da Agricultura tomou posse a ex-presidenta da Confederação Nacional da Agricultura – CNA -, Kátia Abreu, no ministério da Indústria e do Comércio entrou o ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI - Armando Monteiro e no ministério da Fazenda entrou um quadro do mercado financeiro, o diretor do Bradesco Joaquim Levy. Do lado dos subalternos foram escolhidos vários

---

<sup>4</sup> Lula na convenção estadual do PT no Mato Grosso do Sul em 27 de junho de 2014. Disponível em <http://www.institutolula.org/lula-participa-da-convencao-do-pt-ms-nesta-sexta>

ministros que foram dirigentes da CUT como Miguel Rossetto na Secretaria Geral da Presidência e Ricardo Berzoini no ministério das Comunicações ou ligados à entidade como Patrus Ananias no ministério do Desenvolvimento Agrário. No ministério do Trabalho entrou Manoel Dias ligado à Força Sindical. Consta ainda que o MST teria cobrado a nomeação do presidente do Incra, e a Contag reivindicado a Secretaria de Reordenamento Agrário, ambas subordinadas ao ministério do Desenvolvimento Agrário.

Aliás, a percepção de que o governo Lula teria representado uma grande conciliação social não é nova. Não obstante as mais diversas perspectivas formuladas por intérpretes dessa conjuntura, a argumentação em torno do estabelecimento de uma transação nesse período une a todos. Em seus estudos sobre as relações entre o empresariado e o Estado Renato Boschi e Eli Diniz observaram que o primeiro governo de Lula precisou necessariamente buscar o apoio do setor produtivo nacional.

Diferentemente do seu antecessor, o presidente Lula revelou, desde o início, forte preocupação em construir canais de diálogo com o setor produtivo. Assim, a aproximação com o empresariado transparece não só pela presença de José Alencar na vice-presidência do país, mas também pela indicação de dois outros empresários de peso para integrar a equipe ministerial. Assim, a pasta da Agricultura ficou com Roberto Rodrigues, então presidente da Associação Brasileira de Agrobusiness (ABAG), um dos segmentos mais dinâmicos da agricultura brasileira, enquanto para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi designado o empresário Luiz Fernando Furlan (presidente do Conselho de Administração da Sadia, grande grupo fabricante e exportador do ramo alimentício) (BOSCHI e DINIZ, 2007, p. 69-70).

Mais do que com apenas o setor produtivo, Lula precisava também de um alicerce sobre o mercado financeiro para assim garantir o cumprimento da “Carta ao Povo Brasileiro”. Daí a nomeação de Antônio Palocci como ministro da Fazenda e de sua “equipe formada basicamente por técnicos de fácil trânsito nos círculos financeiros e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ex-presidente do Bank Boston, ligado ao setor financeiro” (BOSCHI e DINIZ, 2007, p. 69).

Outro intérprete é o filósofo Marcos Nobre. Nobre (2013) baseia-se no original conceito de pemedebismo por ele formulado para explicar o sistema político brasileiro da

década de 80 até o governo Dilma. O pemedebismo caracteriza-se por um sistema político onde partidos da base do governo criam supermaiorias legislativas que permitem a “governabilidade” e que são capazes de criar vetos a quem não faz parte dessa aliança. O autor argumenta que o período do “Plano Real”, ou seja, o governo de Fernando Henrique Cardoso, teria sido marcado por um sistema político polarizado com o PSDB no governo dirigindo o pemedebismo e o PT na oposição a partir dos movimentos sociais. Com os governos de Lula e Dilma essa polarização teria término, pois o PT conseguiu dirigir o pemedebismo, enquanto a oposição não encontrou seu espaço de atuação. De acordo com Nobre, “só existiu oposição de fato no país enquanto o PT lá esteve, sob o sistema polarizado do período FHC”, pois na oposição o PT estava “dotado de sólida base sindical e ancorado no movimento social organizado” (2013, p. 128).

André Singer também seguiu com a formulação sobre a conciliação entre as classes no Brasil pós-Lula. Em *Os sentidos do lulismo* (2012) Singer verificou que o governo Lula caracterizou-se por uma ampla aliança de classes que incorporou inclusive o sempre excluído subproletariado em torno de um pacto conservador de reformismo fraco ou gradual que vigorou pelo menos até 2014. De acordo com Singer o PT teria duas almas. O “espírito do Sion” é aquele que vem da fundação do PT em 1980 quando o partido adotava uma postura radical contra alianças com os setores mais conservadores. Contudo, a partir da “Carta ao Povo Brasileiro” de 2002 o PT migrou para o “espírito do Anhembi”, ou seja, para uma prática mais conciliadora com as demais classes sociais tendo o objetivo de ganhar a eleição presidencial daquele ano. “Enquanto a alma do Sion primava pela ênfase ideológica, não aceitando juntar-se sequer a partidos de centro, a do Anhembi aprovou chapa composta por Lula e um grande empresário filiado ao Partido Liberal, agremiação que levava no próprio nome a adesão ao credo oposto ao socialismo” (SINGER, 2012, p. 98). Foi esse espírito conciliador do Anhembi que caracterizou, de acordo com Singer, o lulismo. Mas não apenas isso. O lulismo caracteriza-se por essa conciliação de classes; por esse pacto social conservador em torno de um objetivo claro: o desenvolvimento econômico com redução da desigualdade social. A crise política nesse modelo de conciliação que é observada a partir do fim do primeiro governo de Dilma ocorre quando o objetivo principal desse pacto social do lulismo já não é alcançado com tanta facilidade.

Interessante notarmos como alguns dos intelectuais intérpretes do modelo político da conciliação entre as classes sociais são referenciados diretamente em Antônio Gramsci.



É o caso de Francisco Oliveira, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, por exemplo. Os três autores construíram modos distintos de compreensão desse modelo de conciliação. Para Francisco de Oliveira (2007) essa situação criada pelo governo Lula onde um partido de esquerda, o PT, elege o presidente da República, mas governa aliado a partidos conservadores oriundos de outras classes sociais poderia ser considerado como uma espécie de “hegemonia às avessas”, ou seja, uma espécie de inversão da política gramsciana. Como sabemos, em Gramsci a hegemonia se dá quando a classe dominante tem a direção moral dos subalternos, ou seja, através do consenso a dominação é mantida. Com Lula teria havido uma inversão, com a classe dominante tendo permitido - dentro de alguns limites, como a manutenção da acumulação capitalista - ser dirigida pela classe subalterna.

Nos termos de Marx e Engels, da equação "força + consentimento" que forma a hegemonia, desaparece o elemento "força". E o consentimento se transforma no seu avesso: não são mais os dominados quem consentem na sua própria exploração. São os dominantes - os capitalistas e o capital, explicitamente - que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a "direção moral" não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2007).

Carlos Nelson Coutinho discorda dessa noção de “hegemonia às avessas” formulada por Oliveira a partir de Gramsci para entender o modelo político de conciliação de classes. De acordo com Coutinho outros dois conceitos gramscianos deveriam ser recolhidos para a análise do Brasil contemporâneo: os conceitos de contrarreforma e transformismo. A contrarreforma – que em Gramsci significa retrocesso nas conquistas subalternas - promovida pelo neoliberalismo na década de 90 e com continuidade nos anos 2000 contou com a prática do transformismo, ou seja, atores políticos subalternos foram cooptados pelo Estado para atuarem ao lado das classes dominantes em torno de um projeto de manutenção da acumulação do capital. Nas palavras de Coutinho,

Estamos diante da tentativa de supressão radical daquilo que, como vimos, Marx chamou de “vitórias da economia política do trabalho” e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. É por isso que me parece mais adequado, para uma descrição dos traços

essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contra-reforma* (COUTINHO, 2007).

De outro lado, Luiz Werneck Vianna, também privilegiado intérprete de Gramsci, discorda da ideia de que o Brasil pós-Lula poderia ser identificado com o conceito gramsciano de contrarrevolução tal qual apontou Coutinho. O autor compreende que o governo Lula consistiu em mais um passo da longa travessia da “revolução passiva” pela história do país. Contudo, sob nuances próprias.

Invertem-se, porém, os termos da revolução passiva clássica: é o elemento de extração jacobina quem, no governo, aciona os freios a fim de deter os movimentos das forças da revolução, decapita o seu antagonista, comprometendo-se a realizar, sob seu controle, o programa dele, e coopta muitos dos seus quadros, aos quais destina a direção dos rumos sistêmicos em matéria econômico-financeira. Mas será dele o controle da máquina governamental e o comando sobre as transformações moleculares constitutivas à fórmula do conservar-mudando, direcionadas, fundamentalmente, para a área das políticas públicas aplicadas ao social. Decididamente, o desenlace de 2002 não foi o de uma contrarrevolução (WERNECK VIANNA, 2011, p. 32).

Werneck Vianna concluiu que a “composição pluriclassista do governo se traduz, portanto, em uma forma de Estado de compromisso, abrigo de forças sociais contraditórias entre si” (2011, p.26). Em que pese sua discordância em relação à identificação do momento atual com a contrarreforma, isso não significa que Werneck Vianna assista com bons olhos o modelo de revolução passiva adotado no Brasil. Ao contrário, apresenta-se como severo crítico. Bresser-Pereira (2014) discorda da chave interpretativa crítica de Werneck Vianna por considerar que “um pacto político é sempre um “Estado de compromisso”, porque para se entenderem as frações de classe devem necessariamente fazer concessões mútuas” (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 369). Bresser-Pereira é um conhecido defensor desse pacto social, por considera-lo construído em torno de um amplo projeto político social desenvolvimentista para o país. De certa forma, Werneck Vianna também compreende a necessidade do pacto, ou, em outra linguagem, da manutenção do presidencialismo de coalizão. Mas desde que ele seja feito sob critérios mais rigorosos que os atuais, sob um programa político de fato. De acordo com Werneck Vianna,

O presidencialismo de coalizão, decerto, tem-se mostrado, entre nós, como uma via institucional adequada a fim de afiançar governabilidade, especialmente após a experiência frustrada do governo Collor, que se pretendeu pôr acima dos partidos. Mas a reiteração acrítica da sua prática, em particular no segundo mandato de Lula e na articulação da composição ministerial do governo Dilma, cuja montagem original não resistiu sequer a poucos meses de operação, não deixa mais dúvidas quanto à necessidade da revisão do seu modo de operação. (...) Nessa forma de presidencialismo, a coalizão deve-se dar em torno de políticas, e não de interesses avulsos e fragmentados, como na nossa experiência atual, a qual, ao ratear benefícios e prebendas a granel, com a pretensão de garantir insulamento para a política decisionista e tecnocrática do Executivo, franqueia as estruturas do Estado à apropriação por parte de particularismos privatísticos, quando não do crime organizado por meio de redes de estilo mafioso (WERNECK VIANNA, 2012).

No entanto, a partir das chamadas “jornadas de junho” de 2013, da disputada eleição presidencial de outubro de 2014 e da crise política do início de 2015 o Estado de compromisso que vigorou por 12 anos passou a dar sinais de esgarçamento. Como nos indica Bresser Pereira,

A rejeição da burguesia brasileira só ficou muito clara no governo de Dilma Rousseff, que além de não possuir a habilidade política de Lula, não logrou as taxas esperadas de crescimento. (...) De repente, em 2013, vimos a burguesia brasileira como um todo, e particularmente seus setores rentistas e financistas, e sua classe média tradicional também muitas vezes rentista passarem a ter um julgamento violentamente negativo do governo (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 344-360).

Mas não foram apenas os setores da burguesia que passaram a estar insatisfeitos com o governo Dilma no fim de seu primeiro mandato e início do segundo como apontou Bresser-Pereira. Os subalternos também passaram a apresentar suas críticas, focados, todavia, no fim do modelo de conciliação de classes. Com o baixo crescimento econômico do Brasil pós-2012 iniciou-se uma disputa interna na coalizão governista para definir quem seriam os atores prejudicados pelo necessário ajuste fiscal. De um lado os setores patronais e do outro os subalternos. As medidas econômicas e os cortes no orçamento anunciados

pelo governo no início de 2015 apontaram para os direitos trabalhistas. Os movimentos sociais que participaram ativamente da campanha de reeleição de Dilma em 2014 reagiram. Nas palavras de um importante líder popular,

Temos uma crise e era preciso construir saídas. (...) Mas Dilma poderia ter tomado um caminho diferente, ajustando aqueles que nunca foram ajustados na história do Brasil. (...). Infelizmente, a opção de Dilma foi fazer um ajuste neoliberal e buscar uma recomposição de forças com a direita. (...) O drama do governo é que os setores conservadores não parecem querer uma recomposição.<sup>5</sup>

Era o momento de apostar no conflito social contra a conciliação de classes. Esse é o tema da próxima seção.

### **A aposta subalterna no conflito social**

Como vimos anteriormente o sistema que vigorou de 2003 até 2014 chegou em 2015 sem a mesma vitalidade. Com as chamadas jornadas de junho de 2013, a disputa eleitoral polarizada de 2014 e o baixo crescimento econômico esse modelo de conciliação de classes passou a oferecer sinais de crise. O dilema político que passou a permear o debate público foi: a solução para revigorar o segundo governo de Dilma seria a renovação do modelo de conciliação ou a aposta no conflito social?

O caminho da aposta no conflito social parece encontrar eco nas intervenções de importantes organizações subalternas. Esse é o tom da narrativa de relevantes quadros do MST e do MTST na esfera pública. Todos apontam o fim do modelo de conciliação entre as classes e a necessidade de uma maior organização do conflito. Duas longas entrevistas sobre o tema revelam bem o conteúdo dessa nova narrativa: uma concedida pelo economista João Pedro Stédile, coordenador do MST, para o site Carta Maior em 2014; outra pelo filósofo Guilherme Boulos, coordenador do MTST, ao jornal Valor Econômico em 2015.

---

<sup>5</sup> Entrevista com Guilherme Boulos, líder do MTST, para a revista Caros Amigos de junho de 2015, pgs 26-27.

Coordenador do MST desde sua fundação há mais de 35 anos, Stédile notou, como os intelectuais debatidos na seção anterior, que os governos de Lula e Dilma representaram uma grande conciliação de classes.

Os governos Lula e Dilma não foram governos do PT, nem da classe trabalhadora. Foram governos de composição de classe, que gerou um programa de governo do neodesenvolvimentismo, que se propunha a fazer a economia crescer, distribuir renda e retomar o papel do Estado suplantando o mercado (dos tempos do neoliberalismo). Nesse sentido eles cumpriram o programa, e nesse programa todas as classes ganharam um pouco, sendo que, como diz o próprio Lula, os banqueiros foram os que mais ganharam (STEDILE, 2014).

Todavia, para Stédile esse modelo de conciliação já não possui o mesmo vigor de seus dez primeiros anos iniciais. E as jornadas de junho de 2013 teriam sido um claro exemplo dessa insatisfação de demandas subalternas não atendidas pelas instituições.

Mas esse programa e essa composição de classes, na opinião dos movimentos sociais, bateram no teto. E agora já não conseguem mais resolver os problemas fundamentais do povo que ainda padece com falta de moradia digna, emprego qualificado, acesso à universidade, e transporte público civilizado. As manifestações do ano passado foram o sinal de que o modelo do neodesenvolvimentismo chegou ao seu limite (STEDILE, 2014).

De maneira semelhante à de Stédile, a entrevista do líder do MTST é também reveladora de como o seu movimento observa o fim do modelo de conciliação de classes. Para Boulos a conciliação só foi possível enquanto durou o crescimento econômico. Com a estagnação da economia e a necessidade do ajuste fiscal iniciado em 2015 esse modelo de conciliação esgotou-se, pois os cortes precisam incidir sobre um dos lados da aliança.

A estratégia do PT que vigorou nesses doze anos foi de conciliação. Lula, em 2003, buscou construir um pacto no qual todos ganhavam, tanto os banqueiros quanto os trabalhadores. O que permitiu fazer uma política onde funciona o ganha-ganha? É ter crescimento econômico. Mas o crescimento começou a declinar brutalmente no último período. A política de conciliação não dá mais. Vai ter que cortar a fatia de alguém.

Dilma preferiu cortar do lado de cá. Isso tem um preço. Manter a governabilidade na banca significa o risco de perdê-la nas ruas (BOULOS, 2015).

Boulos observa a importância do confronto para a construção democrática. Em suas palavras, “a política de ficar conciliando se esgotou. O PT, a Dilma precisam entender isso. (...) Achar que se governa sem comprar briga é uma ilusão” (BOULOS, 2015). O filósofo dialoga diretamente com a teoria do lulismo de Singer. Concorda com o reformismo fraco que vigorou durante a conciliação de classes do governo Lula, mas aponta que esse cenário já está esgotado. A passagem abaixo é clara quanto ao referencial em Singer para compreender o período transcorrido nos últimos anos.

Não tem mais condições de oferecer um projeto de mudança progressiva para a sociedade. As mudanças nesses doze anos de PT foram significativas, mas pontuais. Melhoraram a condição de vida dos mais pobres, mas sem mudar o cenário estrutural do país. O que permitiu empurrar até aqui foi um período de crescimento econômico e também impulsionado pelo investimento público, pelo crédito público, as estatais. O lulismo, como modelo de conciliação, não funciona mais (BOULOS, 2015).

Coordenador geral da Central de Movimentos Populares, Raimundo Bonfim, também defende com Boulos e Stédile a tese do fim da conciliação de classes no governo Dilma. Em artigo publicado em 08 de abril de 2015 o líder popular explica as razões que levaram os movimentos sociais brasileiros a apoiarem a reeleição de Dilma em 2014. Entretanto, o início do segundo mandato de Dilma demonstrou, segundo Bonfim, que a presidenta preferiu apostar na renovação da conciliação entre classes e frações na conformação de seu governo. Bonfim é assertivo ao assegurar que essa política não pode ter continuidade e que a solução é a pressão dos movimentos sociais pelas ruas.

Agora o enfretamento deve ser político e tem que ser nas ruas. Esgotou-se a política de conciliação de classes, prioridade no campo institucional e alianças pragmáticas. Até porque, no cenário de crise econômica não há mais “cobertor” para os muito ricos e para os pobres. Os ricos que paguem a conta da crise, pois os trabalhadores e os movimentos sociais

defendem que “direitos não podem ser reduzidos, mas ampliados” (BONFIM, 08 de abril de 2015).

Gilmar Mauro, também coordenador nacional do MST, raciocina de forma bem parecida com a de Stedile, Boulos e Bonfim. Contudo, acrescenta certa autocrítica com relação à participação dos movimentos sociais no apoio ao governo do PT. Tal participação teria inibido o incremento das “lutas sociais”. De acordo com Mauro,

Há quem diga que nos corrompemos, que houve acomodação e institucionalização durante os governos do PT. Em parte, é verdade. Mas isso não explica toda a missa. (...) Nosso pecado foi ter se contentado com o crescimento econômico da última década em vez de construir um processo mais intensivo de lutas sociais (...) Agora, estamos pagando um preço alto. O Estado brasileiro é um Estado de classes, sempre foi e não se modificou em nada. (...) Houve pequenas alterações, com ganhos que permitiram maior democratização, mas, em essência, continua privilegiando as classes que dominam o país.<sup>6</sup>

Essa mesma leitura, aliás, já estava presente na narrativa de parte dos movimentos subalternos há alguns anos. É o que podemos ler, por exemplo, em editorial de 2010 do jornal Brasil de Fato, ligado ao MST.

O governo Lula passou oito anos pregando a conciliação de classes, se iludindo com a possibilidade de apaziguar os ânimos das elites reacionárias. Ledo engano. Virão delas, as principais iniciativas de ataque. Aos movimentos sociais e às forças populares não cabem ilusões. A luta de classes continuará mais dinâmica do que nunca e a burguesia optou por priorizar a luta no campo ideológico. Afinal, no campo econômico, ela continua ganhando muito dinheiro e, no campo político, continua dividindo parcelas importantes do poder, seja no Executivo, mas sobretudo no Judiciário e no Legislativo (BRASIL DE FATO, 08.04.2010).

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Gilmar Mauro para a revista Caros Amigos de junho de 2015.

A mudança no tom da narrativa desses intelectuais subalternos não é tão inexplicável. Na medida em que o baixo crescimento econômico obrigou o governo federal a praticar medidas de austeridade com cortes no orçamento, alguns atores do condomínio governista saíram necessariamente prejudicados. Como os movimentos sociais não possuem bancadas quantitativamente expressivas no parlamento, *locus* privilegiado de definição do ajuste fiscal, coube a eles a busca por uma nova frente de pressão social: as ruas e a mobilização popular. A conciliação de classes só foi possível enquanto o país cresceu economicamente e todos os setores puderam ganhar. Com o fim do crescimento os recursos tornaram-se escassos, ou, em linguagem usual, o cobertor ficou curto. Na disputa política a única moeda que os movimentos sociais passaram a ter para impedir a retirada de suas conquistas e de seus direitos foi sua capilaridade social e capacidade de mobilização popular. Apostaram no conflito.

### **Considerações finais**

Conciliação de classes. Esse foi o signo que marcou o período de doze anos que vai do início de 2003 até o fim de 2014 ou do início do primeiro governo Lula até o fim do primeiro governo Dilma. É praticamente unânime entre a literatura especializada, ainda que sob interpretações distintas, essa noção do compartilhamento de classes e frações de classes sociais no Estado sob um mesmo governo dirigido pelo PT. Marcos Nobre, André Singer, Renato Boschi e Eli Diniz, Francisco Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Luiz Carlos Bresser-Pereira são alguns dos intérpretes que sustentaram nos últimos anos a tese da conciliação. Tese essa, aliás, que tem como um de seus principais defensores o próprio presidente Lula, como vimos ao longo do artigo. Todavia, essa conciliação de classes e frações de classes sociais entrou em esgarçamento a partir de meados do primeiro governo Dilma, passando pelas chamadas “jornadas de junho de 2013” e pela eleição presidencial polarizada de 2014. Soma-se a isso o baixo crescimento econômico do país pós-2012 e entenderemos as razões pelas quais o segundo governo Dilma começou o ano de 2015 marcado pelo fim da conciliação. Se com a economia em pujança foi possível atender a todos setores sociais ao longo dos doze primeiros anos de governos petistas, com a crise econômica essa prática já não seria mais possível. Como os



recursos tornaram-se escassos iniciou-se em 2015 a batalha política entre os setores sociais participantes do governo federal para definir quem seriam os atendidos. Antevendo que seriam os movimentos sociais e populares os principais excluídos do projeto governista, intelectuais orgânicos dessas organizações passaram a construir uma nova narrativa: a defesa da aposta no conflito social. Na medida em que não detinham força quantitativa no parlamento, *locus* privilegiado do debate sobre o necessário ajuste fiscal, esses movimentos passaram a focar sua atuação na mobilização popular nas ruas.

Como já foi dito, a narrativa dos atores subalternos empreendida neste artigo demonstrou uma clara predisposição pelo conflito social. Um conflito que contrapõe de um lado os mais pobres e do outro os mais ricos. Nossa hipótese é a de que esse modelo de conflito social poderia muito bem remeter-nos ao pensamento político do argentino Ernesto Laclau expresso em seu livro *A razão populista* (2013) onde o enfrentamento nós *versus* eles é a locomotiva da democracia radical. Conforme vimos no início do texto, em Laclau uma situação populista surge quando uma série de demandas populares não atendidas unem-se em um corpo heterogêneo: o “povo”. Esse “povo” aposta sua intervenção política no conflito social contra um inimigo único. É o que parece estar sendo proposto pelos movimentos sociais observados ao longo do artigo como o MST, MTST e CMP.

Por fim, uma última observação. De fato, nossa hipótese ainda necessita ser melhor confrontada com a realidade. No populismo de Laclau o “povo” necessita daquilo que o autor definiu como um significante vazio que em geral é um líder carismático. Ainda que Stedile, por exemplo, defenda em discursos que esse líder seja Lula, esse apontamento não está presente na narrativa de todos os movimentos sociais. Por isso talvez seja menos o populismo de Laclau e mais a democracia radical e agonística de Chantal Mouffe (1992, 1996, 2005, 2013) que represente melhor a narrativa desses movimentos sociais. Mas essa é uma hipótese a ser melhor aprofundada em outro momento.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> A ideia de que o conceito de democracia agonística de Mouffe seja mais adequado que o conceito de populismo de Laclau é da amiga e professora Mayra Goulart da UFRRJ. Devo a ela o *insight*.

## Referências bibliográficas:

BONFIM, Raimundo. “Se o andar de cima bater mais panela, só resta ao andar de baixo botar fogo no fogão”. *Viomundo*. 08 de abril de 2015.

BOSCHI, Renato. DINIZ, Eli. *A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

BOULOS, Guilherme. *Entrevista Jornal Valor Econômico*. 06/04/2015

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo: Editora 34, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal. *Gramsci e o Brasil*. Outubro de 2007.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três estrelas, 2013.

MOUFFE, C. "Democratic politics today". In: MOUFFE, C. (ed.). *Dimensions of radical democracy: pluralism, citizenship, community*. London: Verso, 1992.

\_\_\_\_\_. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

\_\_\_\_\_. *The democratic paradox*. London: Verso, 2005a.

\_\_\_\_\_. *On the political*. London: Routledge, 2005b.

\_\_\_\_\_. *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso, 2013.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: *Revista Piauí*. Janeiro de 2007.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STÉDILE, João Pedro. *Entrevista Carta Maior*. 16/04/2014

WERNECK VIANNA, Luiz. *A modernização sem o moderno: análises de conjuntura na era Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

\_\_\_\_\_. O Cachoeira e a gota d'água. *O Estado de S. Paulo*, 22 de abril de 2012.